

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ADRIANA TEIXEIRA DE LIMA BRANDÃO

**RESULTADO ECONÔMICO PRODUZIDO PELA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CACOAL (RO): CASO ESCOLA PROF.
AGUSTINHO GOES DE OLIVEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal – RO
2011

ADRIANA TEIXEIRA DE LIMA BRANDÃO

**RESULTADO ECONÔMICO PRODUZIDO PELA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CACOAL (RO): CASO ESCOLA PROF.
AGUSTINHO GOES DE OLIVEIRA**

**Artigo apresentado à Universidade Federal
de Rondônia – UNIR – *campus* de Cacoal,
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Bacharel em Ciências Contábeis.**

Orientadora: Prof^ª. Esp. Ellen Cristina de
Matos.

**RESULTADO ECONÔMICO PRODUZIDO PELA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CACOAL: CASO ESCOLA PROF.
AGUSTINHO GOES DE OLIVEIRA**

Por:

ADRIANA TEIXEIRA DE LIMA BRANDÃO

**Artigo apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia, Curso de Ciências
Contábeis, para obtenção do Grau de Bacharel
em Ciências Contábeis, mediante a Banca
Examinadora, formada por:**

**Profª. Esp. Ellen Cristina de Matos – Orientadora/UNIR
Presidente**

**Profª. Drª. Maria Bernadete Junkes
Membro**

**Prof. Ms. Geraldo da Silva Correia
Membro**

Média

**Cacoal – RO
2011**

Agradeço a Deus, por todas as bênçãos derramadas, pela minha saúde e de meus familiares, pela perseverança, pois sem ela não teria conseguido;

A minha família em especial aos meus filhos Thiago e Gabriel e meu esposo Raimundo pela compreensão, que tiveram nos momentos de ausência de minha companhia no período da graduação e elaboração deste;

A minha mãe Maria pela dedicação, incentivo e auxílio nos momentos difíceis;

A todos os professores pelo estímulo, conhecimento e conquistas alcançadas no decorrer do curso;

A minha orientadora Prof^a. Esp. Ellen, pela dedicação e atenção dispensada;

Aos colegas acadêmicos, pelo tempo de convívio e cooperação;

Dedico a toda minha família, especialmente a meus filhos Thiago e Gabriel, e minha mãe Maria.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 06 |
| 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇO PÚBLICO | 07 |
| 2. RECEITA E DESPESA PÚBLICA | 08 |
| 2.1 RECEITA PÚBLICA | 09 |
| 2.2 DESPESA PÚBLICA..... | 10 |
| 3. EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E ECONOMICIDADE | 10 |
| 4. RESULTADO ECONÔMICO | 12 |
| 5. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS | 14 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 21 |
| REFERÊNCIAS | 22 |
| OBRAS CONSULTADAS | 23 |

RESULTADO ECONÔMICO PRODUZIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CACOAL (RO): CASO ESCOLA PROF. AGUSTINHO GOES DE OLIVEIRA

Adriana Teixeira de Lima Brandão¹

RESUMO: O artigo apresenta um estudo de caso mediante pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e pesquisa de campo por meio de exame documental e coleta de dados, por meio de entrevistas realizadas na Secretaria Municipal de Educação do município de Cacoal (RO), nos departamentos de Coordenação Pedagógica, RH, Administrativo e orçamentário; no Setor de Patrimônio, na escola em estudo, e em entidades de ensino particular de Cacoal, tendo como referência o ano de 2009. O objetivo é mensurar o resultado econômico produzido pela administração pública mediante os recursos aplicados na prestação de serviços da Escola Prof. Agostinho Goes de Oliveira, com o intuito de evidenciar a eficiência da gestão pública por meio do resultado obtido, sua importância para a sociedade, apresentando ao cidadão o benefício financeiro da utilização dos serviços públicos, bem como o retorno de sua contribuição em função do pagamento de tributos que proporciona desenvolvimento para a sociedade. Ficou constatado, após a mensuração do resultado econômico da referida escola ter apresentado um superávit de R\$34.299,80 que além de demonstrar a eficiência da Administração Pública mediante os recursos aplicados, também pode visualizar para a sociedade os valores dos serviços prestados, e para os cidadãos que utilizaram destes serviços uma economia financeira anual de R\$ 1.552,87 referente ao custo de cada aluno.

PALAVRAS CHAVES: Administração Pública. Eficiência. Resultado Econômico.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 37 trata dos princípios fundamentais da administração pública, aos quais os entes públicos estão sujeitos. Dentre os referidos princípios encontra-se o princípio da eficiência que teve sua inserção por meio da Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98, o qual refere-se ao custo de produção ou a maneira em que os recursos são consumidos, se estes ficaram dentro do esperado e se o produto ou o serviço final atende às necessidades da sociedade de forma eficiente.

Um dos objetivos da Administração Pública é promover o bem comum a toda a sociedade, mediante a prestação de serviços de modo eficiente buscando satisfazer as necessidades da coletividade. Com isto, os gestores públicos encontram-se cada vez mais preocupados com a gestão, em virtude de promover o bem estar social, bem como pela busca de maior transparência dos seus atos, atendo assim ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

¹ Acadêmica Concluinte do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação da Prof.^a Esp. Ellen Cristina de Matos

O objetivo deste artigo é demonstrar por meio do estudo de caso, cujo objeto de pesquisa é a E.M.E.I.E.F. Prof. Agostinho Goes de Oliveira do município de Cacoal (RO), que o resultado econômico é um importante instrumento auxiliar para os gestores na demonstração da eficiência de sua gestão, e que o mesmo deveria ser integrado como obrigatório às demonstrações contábeis, visto que ele apresenta informações com clareza e objetividade, pois visa proporcionar ao cidadão o acesso as movimentações ocorridas na aplicação dos recursos, bem como, o valor dos serviços prestados à sociedade.

Para tanto se fez necessário a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório seguida de pesquisa de campo, com coleta de dados obtidos por meio de análise documental e por entrevista na Secretaria de Educação Municipal de Cacoal, nos Departamentos de Estatística, Administrativo e orçamentário, Coordenação Pedagógica e Recursos Humanos, e no Setor de Patrimônio, bem como na própria Escola em estudo.

Foi necessário também entrevista em entidades de ensino particular de Cacoal, com a finalidade de obter o valor das mensalidades praticadas pelas mesmas em 2009, referentes aos serviços prestados compreendidos do pré escolar até o 5º Ano do ensino fundamental, objetivando apresentar o custo de oportunidade aplicado no presente artigo pelo qual se chega à receita econômica.

Utilizou-se o método dedutivo sendo uma pesquisa de natureza qualitativa, onde a metodologia citada visa buscar informações necessárias a cerca do resultado econômico da Prof. Escola Agostinho Goes de Oliveira no ano de 2009, com a finalidade de detectar se o resultado econômico mensurado implicará num superávit ou déficit, e verificando-se o referido resultado evidencia a eficiência da administração mediante aos recursos públicos aplicados na prestação dos serviços dessa escola além de demonstrar ao cidadão se é compensatório utilização dos serviços públicos

1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇO PÚBLICO

A Administração Pública desempenha papel importante para a sociedade, pois uma de suas principais funções é a promoção do bem comum por meio da prestação dos serviços agindo em interesse da coletividade, visando satisfação de suas necessidades.

Sobre este aspecto Andrade (2008, p.13): “Conceitua-se Administração Pública, segundo os conceitos advindos do Direito Administrativo, como: todo o aparelhamento

preordenado à realização de seus serviços que visa à satisfação das necessidades coletivas”.

Para alguns autores Administração Pública apresenta dois aspectos: um em sentido objetivo e outro em sentido subjetivo, dentre os quais está Di Pietro (2007, p.52), ao ensinar que:

Em sentido material ou objetivo, a Administração pública pode ser definida como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico de direito público, para a consecução dos interesses coletivos. Em sentido subjetivo, pode-se definir Administração Pública, como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.

Observa-se que a Administração Pública possui sua estrutura voltada à realização de serviços de interesse público objetivando a satisfação da coletividade. Esta visão demonstra estar em conformidade com o pensamento de Andrade (2008, p.13) quando este afirma que: “Cabe à Administração Pública consolidar a utilização de todos os serviços disponíveis para a população”.

A Administração Pública deve disponibilizar os serviços necessários à população, forma adequada, com a finalidade de satisfazer suas necessidades. Em relação a serviço público Di Pietro (2007, p.50), conceitua que:

É toda atividade que a Administração Pública executa, direta ou indiretamente, para satisfazer à necessidade coletiva, sob regime jurídico predominantemente público. Abrange atividades que, por sua essencialidade ou relevância para a coletividade, foram assumidas pelo Estado, com ou sem exclusividade.

Os conceitos supra apresentados reforçam o fato de que a Administração Pública tem como um dos objetivos a promoção do bem comum através da prestação de serviços e que a mesma tem o dever de torná-los realidade de forma a satisfazer as necessidades da coletividade.

2 RECEITA E DESPESA PÚBLICA

Toda entidade necessita de recursos, ou seja, receita para desenvolver suas atividades e gerenciar sua prestação de serviço ou produto, isto também se aplica à entidade pública, entretanto os objetivos são distintos, visto que a entidade privada visa o lucro enquanto que a pública visa o bem estar social.

Neste sentido a Lei 4320/64, em seu art.2º estabelece que: “A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica

financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade”. (BRASIL, 1964)

A Lei do Orçamento traz informações que limita e delimita os atos dos gestores públicos e define de onde os recursos serão retirados, além de discriminar como e onde os mesmos serão aplicados.

2.1 RECEITA PÚBLICA

Receita pública são os recursos que adentram aos cofres públicos, com a finalidade de financiar as despesas em virtude das atividades desenvolvidas pela Administração Pública.

A este respeito Andrade *et al* (2006, p.145), conceituam receita pública como sendo: “[...] o conjunto de ingressos monetários aos cofres públicos, provenientes de várias fontes e fatos geradores, que formam as disponibilidades financeiras com as quais a Fazenda Pública pode dispor para o financiamento das despesas públicas”. Por sua vez, Andrade (2008, p.51) ao discorrer sobre receita pública afirma:

Define-se como todo e qualquer recolhimento aos cofres públicos em dinheiro ou outro bem representativo de valor que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis, contratos, convênios e quaisquer outros títulos, de que seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertença. É, pois, o conjunto de ingressos financeiros, provenientes de receitas orçamentárias ou próprias e receitas extra-orçamentárias ou de terceiros, que produzirão acréscimos ao patrimônio da instituição, seja União, estados, municípios ou Distrito Federal, suas autarquias e fundações.

As formas de captar os recursos aos cofres públicos podem ser reunidas em dois grupos básicos: as receitas originárias que são rendas provenientes da utilização do próprio patrimônio, sendo que a principal característica das mesmas é o fato de serem facultativas; e as receitas derivadas são os rendimentos provenientes da riqueza de terceiros, cuja principal característica é devido a sua cobrança por meio da imposição legal a qual traz a obrigação do pagamento pelo particular.

Administração Pública a contabilidade é regida pelo regime misto conforme sagrado na Lei 4320/64, (Art. 35): “Pertencem ao exercício financeiro: I – as receitas nele arrecadadas; e II - as despesas nele legalmente empenhadas”. (BRASIL, 1964)

Regime misto é o regime contábil que mescla o regime de caixa representado pelo primeiro inciso que trata das receitas, onde são contabilizadas somente as receitas que foram

arrecadadas no período do exercício e o regime de competência representado pelo segundo inciso, o qual dispõe sobre as despesas que são contabilizadas não só as que de fato se efetivaram, mas também as que foram empenhadas.

2.2 DESPESA PÚBLICA

Se a receita é o ingresso de recursos, consequentemente a despesa representa a saída desses recursos dos cofres públicos, pois como citado acima são as receitas que financiam as despesas.

A respeito de despesa pública Andrade *et al*, (2006, p.154), discorre que despesa pública: “é todo o dispêndio realizado pelo Poder Público em prol do atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade e para custeio de diferentes setores da Administração”.

As despesas são pagamentos efetuados a qualquer título pelos agentes pagadores, decorrentes não só dos serviços prestados, mas também da manutenção da máquina pública, tendo em vista o interesse público.

Neste sentido Andrade (2008, p. 68), leciona que despesa pública:

Constitui-se de toda saída de recursos ou de todo pagamento efetuado, a qualquer título, pelos agentes pagadores para saldar gastos fixados na Lei do Orçamento ou em lei especial e destinados à execução dos serviços públicos, entre eles custeios e investimentos, além dos aumentos patrimoniais, pagamento de dívidas, devolução de importâncias recebidas a títulos de caução, depósitos e consignações.

As despesas públicas são classificadas em dois grupos: despesa orçamentária e despesa extra-orçamentária.

Despesa orçamentária segundo Angélico (2006, p.62): “é aquela cuja realização depende de autorização legislativa e que não pode efetivar-se sem crédito orçamentário correspondente”. Isto significa que é a despesa discriminada e fixada no orçamento público. Enquanto que a despesa extra-orçamentária é aquela que não depende de autorização legislativa, não está vinculada ao orçamento público.

3 EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E ECONOMICIDADE

O Direito Administrativo em consonância com a Constituição Federal de 1988, que em seu art.37 estabelece os princípios da Administração Pública, os quais devem ser

obedecidos pelos entes públicos das três esferas.

Este artigo enfatiza os princípios da economicidade e da eficiência, o qual foi inserido entre os princípios por meio da Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98, sendo que o foco deste foi evidenciar a eficiência da Administração Pública Municipal na aplicação dos recursos referentes à prestação de serviço efetuada pela Escola Prof. Agostinho Goes de Oliveira.

Segundo Pietro (2007, p. 75) o princípio da eficiência apresenta, na realidade dois aspectos:

Pode ser considerado em relação ao **modo de atuação do agente público**, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao **modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública**, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público [grifo do autor].

Partindo desse princípio, a eficiência deve ser atribuída tanto à conduta do gestor público no âmbito de suas atribuições, como também a forma de organizar e estrutura sua administração, mesmo porque se for uma administração bem estruturada e organizada obterá um melhor desempenho e alcançará os resultados desejados.

Slomski (2005, p.49) conceitua eficiência e a distingue da eficácia escrevendo que:

A eficiência está relacionada ao custo de produção ou à forma pela qual os recursos são consumidos. A eficiência evidencia-se quando a relação consumo-produto ficou dentro do esperado. Por outro lado a eficácia está relacionada ao atingimento dos objetivos e das metas. Sua preocupação relaciona-se com os resultados esperados.

Nesse sentido a eficácia é verificada mediante o resultado alcançado em relação às metas almejadas, enquanto que a eficiência é verificada por meio do consumo de recursos, de que maneira os recursos foram consumidos. A eficiência é a otimização dos recursos e a minimização dos custos, por meio de métodos, técnicas e normas.

Cruz e Neto (2009, p.158) mencionam a eficiência, a eficácia e a economicidade como os três “Es” da administração pública, o que se confirma pela relação existente entre se mesmas. Segundo suas palavras:

Economicidade: pressupõe a obtenção e utilização adequada de recursos nas quantidades necessárias e suficientes e momento adequado. Busca a alternativa mais econômica para a solução do problema. Considera a relação custo-benefício no longo prazo.

Portanto, não basta à Administração Pública ser eficiente consumindo menos recursos na produção de serviços e/ou produtos, é necessário ser eficaz ofertando serviços que

atendam a real demanda e o resultado esperado pela sociedade sob todos os aspectos, ou seja, de forma oportuna e com qualidade.

Para demonstrar sua eficiência, torna-se necessário à Administração Pública a utilização de um sistema de contabilidade pública que utilize instrumentos que possibilitem essa evidenciação de forma compreensível e transparente para a sociedade avaliar os atos dos gestores públicos, agindo assim estará atendendo à Lei 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece Normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e dá outras providências dispõe (Art. 1º e § 1º):

§1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a pagar. (BRASIL, 2000).

Pode-se afirmar que a finalidade da LRF é disciplinar a gestão dos recursos públicos atribuindo aos seus gestores maior responsabilidade. Seu propósito é a ação planejada e transparente, com o objetivo de prevenir riscos e corrigir os desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

4 RESULTADO ECONÔMICO

O resultado econômico é apresentado por Slomski como um novo modelo na gestão pública, cujo resultado econômico apurado por meio deste modelo de mensuração possibilitará evidenciar a eficiência da administração pública na aplicação de seus recursos. Desta forma: “Para Slomski (1996), resultado econômico é a diferença entre a receita econômica e a soma dos custos diretos/ variáveis e indiretos identificáveis à entidade pública que a produziu”. (SLOMSKI, 2005, p.99).

Porém resultado econômico no âmbito das entidades privadas é conceituado por Pereira (1999, p. 72): “O resultado econômico representa o incremento da riqueza da empresa de seu patrimônio ou de seu valor”. Acrescentando que: “Os resultados econômicos evidenciam a responsabilidade da empresa no uso de recursos escassos de forma eficiente e eficaz”. (PEREIRA, 1999, p.74).

Verifica-se que tanto em entidades públicas ou em privadas a evidenciação do resultado econômico visa à eficiência na aplicação dos recursos pelos seus gestores.

O resultado econômico deveria ser um demonstrativo obrigatório, assim como o balanço Orçamentário, pois ele pode ser utilizado como indicador de desempenho da eficácia das entidades, além de trazer maior clareza e um melhor entendimento por parte dos cidadãos, devido sua linguagem e detalhamento.

Para demonstrar o resultado econômico na esfera pública faz-se necessário evidenciar a receita econômica, a qual Slomski (2005, p.98) descreve ser: “A receita não explícita na prestação de serviços públicos é conceituada por Slomski (1996) como receita econômica”. A Receita Econômica é o produto da multiplicação dos custos de oportunidade, que o cidadão desprezou ao utilizar o serviço público pelos serviços que ela efetivamente executou.

A respeito do custo de oportunidade Slomski (2005, p.98) conceitua: “O custo de oportunidade é o valor do bem ou serviço de que se prescinde”. Ou seja, é o valor que o cidadão desprezou ao utilizar o serviço público, aquilo que ele “deixou” de pagar quando optou pelo serviço público.

O custo de oportunidade utilizado para calcular a receita econômica deve ser o menor preço de mercado à vista, sendo que os serviços devem se equivalentes em qualidade e oportunidade daquele que o cidadão desprezou ao optar pela utilização do serviço público.

Conforme Slomski (2005, p.100) a mensuração do resultado em entidades públicas requer a observância de alguns pressupostos tais como:

[...] o cidadão compõe o corpo contribuinte das fontes de recursos, para a manutenção da entidade pública;
 [...] a entidade pública tem como missão a prestação de serviços para o desenvolvimento e bem-estar social da coletividade;
 [...] se não existisse o serviço público, num país capitalista e com mercado competitivo, o cidadão buscaria o menor preço de mercado à vista para a contratação de serviços.

Se o cidadão é contribuinte dos cofres públicos tem o direito de saber como, onde e os valores dos recursos foram aplicados, para tanto considera-se a mensuração do resultado econômico como alternativa viável para o gestor público demonstrar ao cidadão contribuinte que, tanto a aplicação dos recursos quanto sua administração está sendo eficiente e eficaz. O último pressuposto citado justifica a utilização do menor preço de mercado como custo de oportunidade para a obtenção da receita econômica.

O modelo de demonstração do resultado econômico proposto por Slomski apresenta-se conforme o modelo abaixo:

| <Identificação da Esfera de Governo> DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO <Período de Referência> | |
|---|--|
| (+) Receita Econômica | |
| (-) Custos Diretos identificáveis aos serviços | |
| (=) Margem Bruta | |
| (-) Depreciações | |
| (-) Custos Indiretos Identificáveis aos serviços | |
| (=) Resultado Econômico | |

Figura1: Demonstrativo do Resultado Econômico

Fonte: Slomski (2005)

Observa-se que a receita econômica é obtida multiplicando o número de serviços prestados pelo custo de oportunidade, cujo valor é subtraído dos custos diretos identificáveis, formando assim a margem bruta a qual será subtraída da depreciação e dos custos indiretos identificáveis, obtendo-se o resultado econômico o qual poderá ser positivo ou negativo.

Para as entidades públicas quando há resultado econômico positivo significa que houve um superávit demonstrando que a gestão foi eficiente, porém quando o resultado apresenta-se negativo significa que ocorreu um déficit e que a administração foi ineficiência.

No que tange os custos diretos e indiretos referentes aos serviços prestados, ambos devem ser relacionados para que seja possível a mensuração do resultado econômico.

Assim Slomski (2005, p. 62) conceitua que: “São **custos diretos** todos os custos de produção identificáveis aos produtos e serviços sem qualquer método de atribuição de custos, ou seja, são custos que podem ser vistos ou observados no processo de produção”. [grifo do autor].

Conclui-se que custos diretos são aqueles possíveis de identificar sua participação do na produção do produto ou serviço sem a necessidade de qualquer método de alocação de custos, enquanto os custos indiretos ainda que façam parte do processo produtivo dos produtos e serviços não são identificados de forma direta, fazendo-se necessário a utilização de algum método para a alocação desses custos aos produtos e serviços.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O município de Cacoal possui 25 (vinte e cinco) escolas, totalizando 7652 alunos em sua rede de ensino, sendo: 8 (oito) escolas e 05 (cinco) creches na zona urbana, e 12 (doze) escolas na zona rural.

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Prof. Agostinho Goes de Oliveira, “popularmente” conhecida como Escola Agostinho Goes, situada à Av. Primavera nº 2293 no bairro Vista Alegre, foi criada por meio do Decreto Nº 573/PMC/9 e teve sua denominação com base no Decreto Nº 1634/PMC/01. Iniciando suas atividades em 03 de março de 1993 em dois turnos: matutino e vespertino, visto que até o ano de 2002 atuava somente com a educação infantil, e posteriormente passou a atuar também com o ensino fundamental com as séries iniciais, que são aquelas compreendidas 1º ao 5º Ano.

O quadro dos servidores da Escola Prof. Agostinho Goes de Oliveira é composto conforme descrição abaixo:

| FUNÇÃO | QUANTIDADE |
|----------------------------|-------------------|
| Diretora | 1 |
| Vice-diretora | 1 |
| Supervisores | 4 |
| Professores | 25 |
| Merendeiras | 4 |
| Zeladoras | 6 |
| Servente | 1 |
| Assistente de biblioteca | 2 |
| TOTAL DE SERVIDORES | 44 |

Quadro 1: Quadro dos servidores da Escola

Fonte: Recursos Humanos – SEMED (2009)

Conforme demonstra o quadro 1 a escola contou com 44 funcionários em quadro de funcionário em 2009, esta informação teve como referência o mês de novembro.

A Escola Prof. Agostinho Goes de Oliveira apresenta o número de alunos e seus respectivos turnos e turmas conforme quadro abaixo:

| MATUTINO | | VESPERTINO | |
|------------------|---------------|-------------------|---------------|
| TURMAS | ALUNOS | TURMAS | ALUNOS |
| Pré I - A, B, C | 66 | Pré I - D, E, F | 74 |
| Pré II - A, B, C | 77 | Pré II - D, E, F | 80 |
| Total | 143 | Total | 154 |
| 1º Ano - A, B | 52 | 1º Ano - C, D, E | 77 |
| 2º Ano - A, B, C | 78 | 2º Ano - D, E, F | 69 |
| 3º Ano - A, B | 57 | 3º Ano - C, D, E | 72 |
| 4º Ano - A, B | 52 | 4º Ano - C, D | 54 |

| MATUTINO | | VESPERTINO | |
|------------------|------------|---------------|------------|
| TURMAS | ALUNOS | TURMAS | ALUNOS |
| 5º Ano - A, B, C | 101 | 5º Ano - D, E | 70 |
| TOTAL | 340 | TOTAL | 342 |

Quadro 2: Número de alunos da Escola

Fonte: Censo escolar levantado pela própria Escola (2009)

A Escola Prof. Agostinho Goes de Oliveira é a maior em número de alunos do município de Cacoal (RO), totalizando 979 alunos conforme apresentado no quadro 2, o que representa 12,79% do total de alunos do município.

Em relação à folha de pagamento e encargos sociais decorrentes do ano de 2009 da Escola Prof. Agostinho Goes de Oliveira os recursos consumidos apresenta-se a conforme quadro abaixo:

| FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS DA ESCOLA AGUSTINHO GOES DE OLIVEIRA | | |
|---|---------------------|-------------------------|
| SALÁRIOS | VALOR MENSAL | VALOR ANUAL |
| Salários Diretos | R\$ 65.100,00 | R\$ 865.830,00 |
| Salários Indiretos | R\$ 16.800,00 | R\$ 223.440,00 |
| Total dos Salários | | R\$ 1.089.270,00 |
| ENCARGOS SOCIAIS | PERCENTUAL APLICADO | VALOR ANUAL |
| Encargos Sociais Direto | 22,7948% | R\$ 197.364,22 |
| Encargos Sociais Indiretos | 22,7948% | R\$ 50.932,70 |
| Total dos Encargos sociais | | R\$ 248.296,92 |
| TOTAL DOS SALÁRIOS E ENCARGOS ANUAL | | R\$ 1.337.566,92 |

Quadro 3: Folha de pagamento e Encargos sociais da Escola Agostinho Goes de Oliveira

Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal – SEMED (2009)

Em referência à folha de pagamento considerar que compreendem custos diretos as despesas com os professores e custos indiretos as despesas com o pessoal de apoio.

Para se chegar aos salários anuais os cálculos procederam da seguinte forma: multiplicou-se os valores mensais estimados por 13,3 meses compreendendo assim 11 meses trabalhados, décimo terceiro, 1 (um) mês de férias e 1/3 de férias, já os encargos sociais foram aplicados o percentual de 22, 7948% sobre os salários anuais diretos e indiretos, conforme levantado em entrevista no Departamento de Administrativo e orçamentário da SEMED.

O patrimônio da Escola Prof. Agostinho Goes de Oliveira compreende-se em bens móveis e imóveis, o quadro abaixo representa os bens móveis e seus valores depreciados

conforme segue:

| PATRIMÔNIO DA ESCOLA AGUSTINHO GOES DE OLIVEIRA – BENS MÓVEIS | | | |
|---|----------------------|-----------------------------|----------------------------|
| BENS MÓVEIS | VALOR DO BEM | TAXA DE DEPRECIAÇÃO | VALOR DA DEPRECIAÇÃO ANUAL |
| Móveis e Utensílios | R\$ 75.676,89 | 10% | R\$ 7.567,69 |
| Instalações | R\$ 10.347,50 | 10% | R\$ 1.034,75 |
| Computadores e Periféricos | R\$ 6.690,01 | 20% | R\$ 1.338,00 |
| Máquinas e equipamentos | R\$ 1.414,00 | 10% | R\$ 141,40 |
| Acervo Bibliográfico | R\$ 2.864,50 | | |
| TOTAL | R\$ 96.992,90 | TOTAL DA DEPRECIAÇÃO | R\$ 10.081,84 |

Quadro 4: Patrimônio da Escola Agustinho Goes de Oliveira – Bens Móveis

Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal (2009), IN SRF nº 162/98, IN SRF nº130/99

As taxas de depreciação basearam-se nas Instruções Normativas SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998 e complementada pela nº 130, de novembro de 1999. Nota-se no quadro 4 que no acervo bibliográfico não incidiu taxa de depreciação.

Segundo Ribeiro (2005, p.227) “Depreciação é a diminuição parcelada de valor que sofrem os bens de uso da empresa, em decorrência do desgaste pelo uso, da ação da natureza e da obsolescência”. Ou seja, a perda de valor do bem decorrente do desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência.

O quadro a seguir demonstra o patrimônio dos bens imóveis da Escola Prof. Agustinho Goes de Oliveira e seus respectivos valores de depreciação:

| PATRIMÔNIO DA ESCOLA AGUSTINHO GOES DE OLIVEIRA – BENS IMÓVEIS | | | | | |
|--|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| BENS IMÓVEIS | ÁREA CONSTRUÍDA (M ²) | VALOR DO M ² | VALOR DO BEM | TAXA DE DEPRECIAÇÃO | VALOR DA DEPRECIAÇÃO ANUAL |
| Prédio | 2193,34 | R\$ 500,00 | R\$ 1.096.670,00 | 4% | R\$ 43.866,80 |
| Quadra | 875 | R\$ 300,00 | R\$ 262.500,00 | 4% | R\$ 10.500,00 |
| TOTAL DOS BENS IMÓVEIS | | | R\$ 1.359.170,00 | TOTAL DA DEPRECIAÇÃO | R\$ 54.366,80 |

Quadro 5: Patrimônio da Escola Prof. Agustinho Goes de Oliveira – Bens Imóveis

Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal – SEMED (2009), IN SRF nº 162/98, IN SRF nº130/99

A obtenção dos valores dos bens imóveis procedeu-se multiplicando a área construída pelo valor do m², sendo posteriormente aplicada a esses valores a taxa de

depreciação, encontrando-se o valor da depreciação dos bens imóveis. Quanto ao montante dos materiais consumidos pela Escola Prof. Agostinho Goes de Oliveira segue abaixo:

| MATERIAIS CONSUMIDOS EM 2009 | VALOR DO CONSUMO |
|---------------------------------------|-------------------------|
| Material de Expediente e Pedagógico | R\$ 10.274,49 |
| Material de Limpeza | R\$ 3.660,87 |
| Material de Manutenção e Consumo | R\$ 9.692,75 |
| Alimentação - PNAE (Federal) | R\$ 37.444,73 |
| Alimentação - PNAE (Recurso Próprio) | R\$ 2.077,30 |
| Material de Consumo - PDDE | R\$ 14.761,98 |
| TOTAL DOS MATERIAIS CONSUMIDOS | R\$ 77.912,12 |

Quadro 6: Materiais consumidos em 2009

Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal, Prof. Agostinho Goes de Oliveira (2009)

Verifica-se por meio do quadro 6 que a Escola em 2009 consumiu um total de R\$ 77.912,12 em materiais e produtos alimentícios relativos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o qual conta com recursos do governo federal e recursos do próprio município, já o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um recurso federal destinado a compra de materiais de consumo e permanentes o qual é depositado em uma conta corrente da própria escola.

Em relação ao consumo dos recursos destinados para transporte escolar da Escola Prof. Agostinho Goes de Oliveira seguem no quadro abaixo:

| DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR DA ESCOLA PROF. AGUSTINHO GOES DE OLIVEIRA | | |
|---|----------------------------|-------------------------|
| PNATE | | |
| Nº DE ALUNOS | VALOR DA PER CAPITA | TOTAL DA DESPESA |
| 23 | R\$ 98,32 | R\$. 2.261,36 |
| SALÁRIO-EDUCAÇÃO | | |
| Nº DE ALUNOS | VALOR DA PER CAPITA | TOTAL DA DESPESA |
| 23 | R\$ 54,03 | R\$ 1.242,69 |
| TOTAL GERAL DA DESPESA | | R\$ 3.504,05 |

Quadro 7: Despesa com transporte escolar

Fonte: FNDE (2009)

O Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e o Salário-Educação são recursos destinados a transporte escolar, os quais no ano de 2009 foram utilizados por 23

alunos da escola e totalizaram R\$ 3.504,05.

A escola também adquiriu serviços de terceiros em 2009 conforme demonstrado abaixo:

| SERVIÇOS DE TERCEIROS PRESTADOS À ESCOLA PROF. AGUSTINHO GOES DE OLIVEIRA | |
|--|----------------------|
| Energia Elétrica | R\$ 35.754,88 |
| Água | R\$ 672,57 |
| Telefone | R\$ 405,02 |
| TOTAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS | R\$ 36.832,47 |

Quadro 8: Serviços de terceiros prestados à Escola

Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal – SEMED (2009)

Conforme descrição do quadro 8 a escola gastou com serviços prestados por terceiros um total de R\$ 36.832,47.

A receita econômica que a Escola Prof. Agostinho Goes de Oliveira produziu em 2009 segue descrita no quadro abaixo:

| RECEITA ECONÔMICA PRODUZIDA PELA ESCOLA PROF. AGUSTINHO GOES DE OLIVEIRA EM 2009 | | | |
|---|---------------------|------------------------------|--------------------------------|
| MATUTINO | | | |
| TURMAS | Nº DE ALUNOS | CUSTO DE OPORTUNIDADE | RECEITA ECONÔMICA ANUAL |
| Pré I a Pré II | 143 | R\$ 117,00 | R\$ 200.772,00 |
| 1º ao 5º Ano | 340 | R\$ 139,00 | R\$ 567.120,00 |
| RECEITA ECONÔMICA NO TURNO MATUTINO | | | R\$ 767.892,00 |
| VESPERTINO | | | |
| TURMAS | Nº DE ALUNOS | CUSTO DE OPORTUNIDADE | RECEITA ECONÔMICA ANUAL |
| Pré I a Pré II | 154 | R\$ 117,00 | R\$ 216.216,00 |
| 1º ao 5º Ano | 342 | R\$ 139,00 | R\$ 570.456,00 |
| RECEITA ECONÔMICA NO TURNO VESPERTINO | | | R\$ 786.672,00 |
| TOTAL RECEITA ECONÔMICA ANUAL DA ESCOLA | | | R\$ 1.554.564,00 |

Quadro 9: Receita econômica produzida pela Escola

Fonte: Escolas: Prof. Agostinho Goes de Oliveira, Daniel Berg e Adventista (2009)

Para se chegar a receita econômica produzida multiplicou-se o número de alunos pelo custo de oportunidade e depois por 12 (doze) meses. O custo de oportunidade aplicado foi o menor de mercado, tendo em vista a qualidade e a oportunidade da Escola Prof. Agostinho

Goes de Oliveira.

De posse dos dados e informações citados nos quadros acima foi possível a mensuração do resultado econômico da Escola Prof. Agostinho Goes de Oliveira que segue no quadro abaixo conforme o modelo apresentado por Slomski:

| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO ESCOLA PROF. AGUSTINHO GOES DE OLIVEIRA ANO DE 2009 | |
|---|-----------------------|
| Receita Econômica | 1.554.564,00 |
| Custos Diretos | (1.106.220,30) |
| Pessoal Civil | (1.063.194,22) |
| Salários Diretos (Professores) | (865.830,00) |
| Encargos Sociais Diretos | (197.364,22) |
| Alimentação Escolar | (39.522,03) |
| Alimentação (PNAE) Federal | (37.444,73) |
| Alimentação (Recurso Próprio) | (2.077,30) |
| Transporte Escolar | (3.504,05) |
| Transporte | (3.504,05) |
| Margem Bruta | 448.343,70 |
| Custos Indiretos | (414.043,90) |
| Pessoal Civil | (274.372,70) |
| Salários Indiretos | (223.440,00) |
| Encargos Sociais Indiretos | (50.932,70) |
| Material de Consumo | (38.390,09) |
| Material de Expediente e Pedagógico | (10.274,49) |
| Material de Limpeza | (3.660,87) |
| Material de Manutenção e Consumo | (9.692,75) |
| Material de Consumo (PDDE) | (14.761,98) |
| Serviços de Terceiros | (36.832,47) |
| Energia Elétrica | (35.754,88) |
| Água | (672,57) |
| Telefone | (405,02) |
| Depreciação Bens Móveis e Imóveis | (64.448,64) |
| Bens Móveis | (10.081,84) |
| Bens Imóveis | (54.366,80) |
| RESULTADO ECONÔMICO | 34.299,80 |

Quadro 10: Demonstração do Resultado Econômico da Escola Prof. Agostinho Goes de Oliveira

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que a depreciação foi aplicada aos bens móveis e imóveis conforme o quadro 10, porém no setor público não havia esta obrigatoriedade, mas com NBC T 16.9 de 21 de novembro de 2008 tal obrigatoriedade passou a vigorar partir de 1º de janeiro de 2010.

Para mensurar o resultado econômico da escola deduziram-se os custos diretos da receita econômica obtendo-se a margem bruta, da qual foram subtraídos os custos indiretos chegando a um resultado positivo, isto significa que a administração pública mediante os serviços prestados pela escola Prof. Augustinho Goes de Oliveira produziu um superávit, evidenciando que a mesma foi eficiente na aplicação dos recursos e demonstra agregação de valor para a sociedade por meio do desenvolvimento social, principalmente para os cidadãos que utilizaram dos serviços desta escola.

Nota-se que os custos diretos e indiretos totalizaram R\$ 1.520.264,20, ao rateá-los pelo número de alunos da escola em estudo encontra-se o valor de R\$ 1.552,87, esse valor representa o custo de cada aluno para a entidade pública e para os cidadãos usuários deste serviço transferência de renda, devido ao valor que os mesmos deixaram de pagar quando optaram em utilizar os serviços prestados por esta escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a Administração desempenha papel importante para a sociedade em virtude da prestação de serviço e promoção do bem estar da coletividade, por isso deve ser bem estruturada, organizada e disciplinada, o que possibilitará um melhor desempenho e alcance dos resultados. E em relação aos serviços prestados destaca-se a educação, a qual é fundamental no processo de desenvolvimento de um país, visto que os países mais desenvolvidos possuem níveis de educação maiores que os subdesenvolvidos.

Com o advento da LRF de 2000 verificou-se que a administração pública ficou melhor controlada e fiscalizada, e os gestores passaram a ter maior responsabilidade não só com a gestão do erário público, mas também com a prestação de contas dos seus atos de forma clara e compreensível aos usuários dessas informações.

Com a mensuração do resultado econômico demonstrada neste artigo, bem como a sua importância, espera-se que o mesmo seja integrado como obrigatório às demonstrações contábeis, devido o mesmo evidenciar ser um indicador de desempenho, o qual proporciona ao gestor público a oportunidade de demonstrar para a sociedade a eficiência de sua gestão, bem como visualizar os valores dos serviços prestados, fazendo com que o cidadão

contribuinte veja o retorno dos tributos pagos por ele.

Em relação à eficácia conclui-se que a mesma visa atingir os objetivos e as metas traçadas enquanto que a eficiência busca a otimização dos recursos, bem como minimizar os custos dos produtos e serviços prestados, já a economicidade busca obter e utilizar de forma adequada os recursos por meio de alternativas mais econômicas para solucionar um eventual problema, com isso a Administração Pública poderá ser eficaz disponibilizando a sociedade um maior número de serviços ou produtos, em virtude da eficiência e economia na aplicação dos recursos.

Com base nas informações apresentadas que os custos diretos e indiretos tiveram seus valores mensurados e que a mensuração do resultado econômico da Escola Prof. Agostinho Goes de Oliveira evidenciou um superávit de R\$ 34.299,80, ou seja, um lucro, demonstrando que a administração pública foi eficiente na aplicação dos recursos relativos aos serviços prestados por essa escola, comprovando para a população que compensa utilizar os serviços públicos.

Evidenciou-se que houve distribuição de renda econômica aos cidadãos que utilizaram tais serviços, em virtude dos mesmos deixarem de pagar o valor anual de R\$ 1.552,87 ao optarem pelos serviços prestados pela escola tal valor representa o custo de cada aluno custou para a administração pública. Com isso observou-se que a gestão pública promoveu o desenvolvimento social, além de proporcionar para a sociedade a visualização dos valores dos serviços prestados e demonstrar ao cidadão o retorno da sua contribuição fazendo com o mesmo sintasse estimulado a continuar contribuindo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton Aquino (organizador) *et al.* **Planejamento Governamental para Municípios**: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____, **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**, 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL, Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, **Lei de responsabilidade fiscal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em 17 mai. 2010.

_____, Lei nº.4.320, de 17 de Março de 1964 , que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União , dos Estados , dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso: 17 mai. 2010.

_____, Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998: **Depreciação**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1998/in16298ane1.htm>>. Acesso em 15 de mar. de 2011.

_____, Instrução Normativa SRF nº 130, de 10 de novembro de 1999: **Depreciação**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1999/in13099.htm>>. Acesso em 15 de mar. de 2011.

CONSELHO, Federal de Contabilidade. NBC T 16.9: **Depreciação, Amortização e Exaustão**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001136>. Acesso em 22 mar. 2011.

CRUZ, Flávio da; NETO, Orion Augusto Platt. **Contabilidade de Custos para Entidades Estatais: Metodologia e Casos Simulados**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007

FNDE. Pnate. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/transp-consultas>>. Acesso em 10 abr. 2011.

_____, **Salário-educação**. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/index.php/saleduc-consultas>>.Acesso em 10 abr. 2011.

PEREIRA, Carlos Alberto. Ambiente, empresa, gestão e eficácia. P.35-80. In: CATELLI, Armando (coord.) **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica**. GECON. 1ª. ed. São Paulo. Atlas, 1999.

PREFEITURA, Municipal de Cacoal. **Apropriação de Consumo por Unidade Orçamentária - Resumido**: Escola Prof. Augustinho Goes de Oliveira, 2009.

_____, **Termo de Responsabilidade – Unidade. Orçamentária. Patrimônio**: Escola Prof. Augustinho Goes de Oliveira, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Intermediária**. 1ª. ed. São Paulo. Saraiva, 2005.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e Governança na Gestão Pública**, 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OBRAS CONSULTADAS

BORGES, Creunice, CORREIA, Geraldo da Silva, JUNKES, Maria Bernadete, OLIVEIRA, Nilza Duarte Aleixo de, PORTO Wellington silva. **Manual de Orientações para**

Elaboração e Apresentação de Artigos de Conclusão de Curso: Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Cacoal-RO, 2007.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria e Controle Interno na Administração Pública:** evolução do controle interno no Brasil: do Código de Governança de 1922 até a criação da CGU em 2003: guia para atuação das auditorias e organizações dos controles internos nos Estados, municípios e ONGs. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DAL MAGRO, Eleonice. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicada às Ciências Contábeis:** Universidade Federal de Rondônia – *Campus Cacoal*, 2009.

_____. **Normas para Elaboração de Trabalhos Científicos:** Informação e documentação-Numeração progressiva das seções de um documento escrito. Cacoal, 2009.

PEIXE, Blênio César Severo. **Finanças Públicas Controladoria Governamental:** Em busca do atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. 1ª ed.. (ano 2002), 2ª tir. Curitiba .Juruá, 2003.